

**FACULDADES INTEGRADAS SANTA CRUZ DE CURITIBA – FARESC
IN LITTERAS – REVISTA DOS CURSOS DE LETRAS E PEDAGOGIA**

**A FIGURA DO TRABALHADOR E DA MÁQUINA EM “HISTÓRIA DAS
INVENÇÕES”, DE MONTEIRO LOBATO**

TSZESNIOSKI, Roberta Reis Bahia¹

RESUMO

Os impactos da tecnologia sobre a sociedade são preocupações de muitos autores, dentre eles Monteiro Lobato, que vislumbrava no desenvolvimento tecnológico a modernização e o progresso nacional, os quais tornariam o país independente econômico e culturalmente. Neste contexto de estímulo a modernização, mudanças sociais e avanços tecnológicos, para Monteiro Lobato, a máquina - um dos fortes símbolos da industrialização – veio para tornar o trabalho do ser humano eficiente e completo, sendo instrumento fundante do progresso e mecanismo de racionalização e aperfeiçoamento do trabalhador. Porém, o que será verificado e discutido neste artigo é que a maquinaria a mercê do capital foi instrumento de exploração e controle da força de trabalho do operário e meio de expropriação de seu saber.

Palavras-chave: Tecnologia. Industrialização. Relações de trabalho. Narrativa lobatiana, História das invenções.

1 INTRODUÇÃO

O início do século XX foi um período marcado por mudanças que começam a ser desenhadas no século XIX, através do advento das fábricas, que pela utilização da maquinaria no processo de produção, desenvolveu novas estratégias de organização do trabalho. Como consequência, o modo artesanal de produção, que adota a participação ativa do trabalhador em todo seu processo será substituído pela produção em massa. Frente a essa nova conjuntura, as cidades pólos industriais cresceram de forma desordenada e sem planejamento, atraindo uma demanda de homens que trabalham no campo, que irão para as cidades em busca de emprego e que encontrarão nesses centros urbanos diversos problemas, como: más condições de vida, epidemias, falta de saneamento adequado, entre outros.

Segundo Sevckenko (2001), no século XIX, as elites da Europa ocidental entraram numa fase de desenvolvimento tecnológico que lhes assegurariam poderosas forças naturais,

¹ Mestre em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Doutoranda em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

fontes de energia cada vez mais potentes, novos meios de transportes e comunicação, de armamentos e conhecimentos especializados. Essa situação privilegiada haveria de lhes garantir a conquista de enormes dimensões do globo terrestre de suas populações e recursos, permitindo-lhes impor uma hegemonia apoiada na ideia de uma vocação inata da civilização europeia para o saber, o poder e a acumulação de riquezas. O otimismo, a expansão das conquistas europeias e a confiança no progresso parece ter atingido seu ponto mais alto. Como resultado, no século XX essa convicção otimista seria expressa pela forma “ordem e progresso”, significando que a difusão e assimilação paulatina e sistemática dos valores da cultura europeia conduziriam o mundo a um futuro de abundância, racionalidade e harmonia.

De acordo com o autor, o que distinguiu particularmente o século XX, em comparação com qualquer outro período precedente, foi uma tendência contínua e acelerada de mudança tecnológica, com efeitos multiplicativos e revolucionários sobre praticamente todos os campos da experiência humana. As mudanças tecnológicas, embora tenham causado vários desequilíbrios nas sociedades mais desenvolvidas que as encabeçaram, também canalizaram para elas os maiores benefícios.

No Brasil, o início do século XX é impactado por um modelo de desenvolvimento industrial e urbano. Nesse período, havia um forte incentivo a industrialização nacional, o que contribuiu com o êxodo rural e a modernização das cidades.

Um entusiasta em relação à modernização e ao progresso nacional foi o escritor Monteiro Lobato, que ambicionava tornar o país independente econômico e culturalmente. Segundo Dilma Castelo Branco (1998), Lobato idealizou e tentou implementar um projeto para modernizar o Brasil, que seria ao mesmo tempo nacional e popular. Essa modernização é vista como um processo de mudança para os tipos de sistemas sociais, econômicos e político que se desenvolveram na Europa Ocidental e América do Norte, entre os séculos XVIII e XIX, espalhando-se, então, por outros países europeus e, no século XIX e XX, pelos continentes sul-americano, asiático e africanos (EISENSTADT *apud* BRANCO, 1998, p. 125).

Influenciado pela ideia de mudanças na estrutura social, política e econômica do país, Lobato delineia seu projeto de modernização se pautando em tornar o Brasil cultural, econômica e industrialmente independente. Sua ideia de modernização abrange diversos olhares, como: “um projeto autêntico de uma literatura infantil brasileira, que abrangesse a modernização do modo de produção da literatura, a concepção moderna do livro e da leitura”, segundo Lajolo (2006, p. 27); como também, a exploração de petróleo e ferro, instrumentos de industrialização e mecanismo de desenvolvimento econômico nacional – a obra *O Poço do*

Visconde evidencia as mudanças que ocorrem para as pessoas que vivem no sítio e seus arredores quando é encontrado petróleo nas terras de D. Benta – um Brasil modernizado baseado no desenvolvimento tecnológico e científico, ideia que também pode ser encontrada nas obras “A Reforma da Natureza” e “A Chave do Tamanho”; e a modernização da produção a partir das ideias taylorista-fordista.

Segundo Lamarão (2002 *apud* CAMPOS, 1968, p. 90) Lobato defende o discurso industrialista onde as riquezas naturais, o trabalho eficiente e disciplinado, a siderurgia, o petróleo, o transporte e a criação de um mercado interno constituíam os elementos essenciais para a superação do crônico atraso econômico do país.

Neste contexto de estímulo a modernização, mudanças sociais e avanços tecnológicos, para Monteiro Lobato, a máquina – um dos fortes símbolos da industrialização – veio para tornar o trabalho do ser humano eficiente e completo, sendo instrumento fundante do progresso e mecanismo de racionalização e aperfeiçoamento do trabalhador. Além disso, Lobato admirava o progresso científico e tecnológico de sua época e militou, de diversas maneiras, para inserir o Brasil dentro deste contexto de desenvolvimento e modernidade.

Para o escritor brasileiro, a maquinaria, dentro desse sistema industrial², seria responsável pelo processo de modernização da organização de trabalho, o que beneficiaria não somente o trabalhador, mas também o Brasil. Sendo assim, Lobato não defendeu somente o uso da máquina, mas o que ela representaria para o Brasil, pois permitiria que o país se desenvolvesse industrial e economicamente, o que culminaria no bem estar social para a população.

Essa ideia de modernização está pautada na tradição taylorista-fordista de produção, que visava a reorganização do trabalho por meio da racionalização da produção, o que intensificaria e geraria lucros para o empresário, e que seria revertida para a população.

Quem melhor desenvolveu, no período, a aplicação de um sistema de controle, de expropriação do saber do trabalhador, bem como a utilização do tempo à mercê da produtividade foi Frederick Winslow Taylor, que instaurou o modo de organização da produção, conhecido como taylorismo³, o qual dará subsídio para o modelo de produção fordista.

² É nesse contexto que se tem a máquina-ferramenta, que segundo Marx (2009, p. 9), é portanto, um mecanismo que, ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes se apodera do objeto do trabalho e modifica-o de acordo com finalidades pautadas na mecanização do trabalho humano.

³ O taylorismo foi um método de racionalização do trabalho, logo, um mecanismo utilizado para aumentar a produtividade do trabalho “economizando tempo” e suprimindo gestos tidos como desnecessários e comportamentos supérfluos no interior do processo produtivo, racionalização do tempo com vistas a obtenção de

No sistema taylorista, o capital se apropria do saber do trabalhador enquadrando-o num método mais rentável para o empresário capitalista. Este saber é devolvido ao operário em forma de instruções, as quais deverão ensinar-lhe como efetuar sua atividade e o tempo que levará para realizar sua tarefa. Além disso, quanto mais se exaure a capacidade intelectual do operário dando-lhe cada vez mais trabalho e menos tempo para realizá-lo, menos condições ele terá para refletir sobre a situação em que se encontra

Para Rago e Moreira (1987, p. 32), Taylor concluiu que o “saber operário era uma arma de luta dos trabalhadores americanos e que deveria ser apropriado pelo capital, transferido, sistematizado e classificado pela direção científica.”

Dois pontos devem ser destacados no sistema taylorista, primeiro a existência de uma padronização nos processos de produção por que em cada atividade que for realizada exista um tempo ideal de execução; segundo, individualização dos salários dos operários, em que cada um receba por seu desempenho individual, o que visa acarretar a competição entre os operários, tirando-lhes sua força de classe.

A crença de Lobato que se poderia, através da utilização de técnicas tayloristas, modernizar as relações de trabalho, o fizera aplicar esses conceitos em sua fazenda Burquira. Segundo André Vieira de Campos (1985) Lobato vê a necessidade de se modernizar as relações de trabalho no país, através da melhoria das condições de vida da população rural, paralelamente à introdução de métodos disciplinares nitidamente tayloristas. Essa percepção do mundo do trabalho seria, logo depois – com a consolidação das atividades empresariais de Lobato –, aplicada ao ambiente fabril

Essa expropriação do saber operário, transferido para uma gerência científica e a padronização nos métodos de produção, se efetivará dentro do sistema de fábricas.

Na narrativa lobatiana, no capítulo “O pé que roda: a roda”, há uma breve apresentação da visão de D. Benta sobre a fábrica, para a qual tecerá elogios.

D. Benta enfatiza que, a partir da instauração da fábrica, os operários passaram a trabalhar reunidos. Num segundo momento, ela vislumbrava como algo positivo a transferência do trabalho pesado, realizada pelo operário, para a máquina, cabendo, ao trabalhador apenas manuseá-la. Outro questionamento trazido é a noção de eficiência que só seria assegurada quando o operário usasse a maquinaria, posta num sistema de fábricas. Em defesa ao sistema de fábrica, D. Benta, dirá que:

maior rendimento. Segundo Rago (1987, p. 10), o sistema Taylor aperfeiçoou a divisão social do trabalho introduzido pelo sistema de fábrica, assegurando definitivamente o controle do tempo do trabalhador pela classe dominante.

Antes de haver grandes fábricas o sistema era outro. Os operários não trabalhavam reunidos. Os patrões lhes forneciam o material e lhes alugavam a ferramenta — e eles que trabalhassem em suas casas. Os inconvenientes do sistema fizeram que surgissem as fábricas, isto é, grandes casarões onde os operários se juntam para o trabalho em comum. Com o aparecimento da máquina a vapor e da eletricidade, todos os serviços pesados passaram para o lombo das máquinas. O operário apenas as dirige, fazendo-as andar ou parar, lubrificando os mancais, consertando o que se desarranja, etc. (LOBATO, 1957, p. 88).

D. Benta evidencia que nesse sistema de maquinaria, a função do operário é a de dirigir a máquina. Contrariamente ao discurso de eficiência lobatiano, lembremos com Edgar de Decca (1987), que a fábrica é um mecanismo de controle do trabalho do operário e meio de expropriação de seu saber. É na fábrica que o tempo será utilizado para exaurir ao máximo as forças do trabalhador, especialmente através da noção de tempo útil como tempo destinado ao trabalho. É na fábrica que haverá um mecanismo de parcelamento, divisão do trabalho e controle social sob o trabalhador. Ou seja, a fábrica é um sistema de controle do capitalista sobre o trabalhador.

A concentração do trabalhador num sistema de fábricas se deveu a uma organização e controle da produção visando o lucro capitalista e não por imperativos tecnológicos, ou de eficiência. A fábrica retira o controle do processo de produção das mãos do trabalhador transferindo-o para as mãos do capitalista. De Decca dirá que:

Transferir esse controle da produção que estava nas mãos dos trabalhadores para as mãos do capitalista não significou, absolutamente maior eficácia tecnológica nem tampouco uma maior produtividade. O que se verificou, isto sim, foi uma hierarquização e disciplina e a supressão de um controle determinado: o controle técnico do processo de trabalho e da produtividade ditado pelos próprios trabalhadores (DE DECCA, 1987, p. 23)

Ou seja, a fala de D. Benta não apresenta alguns itens importantes no sistema taylorista, que realizou a divisão técnica do trabalho; a transferência do conhecimento do operário para uma gerência científica, que era responsável por fiscalizar seu tempo produtivo; a repetição das atividades realizadas pelos trabalhadores, entre outros.

O taylorismo serviu de subsídio para o modelo de produção fordista, que teve como expoente Henry Ford, o qual introduziu a linha de montagem, para que assim a produção pudesse acontecer em grande escala e, conseqüentemente, o produto pudesse ser vendido em grande escala. No sistema fordista, o operário ficava num determinado lugar na linha de montagem, realizando uma tarefa específica, enquanto o automóvel era deslocado pelo interior da fábrica. Não era o operário que ia até o trabalho, mas o inverso.

Nos capítulos intitulados “A mão”, “Mais mão” e “Últimas mãozadas”, Monteiro Lobato explicitou os paradoxos existentes sobre a apropriação da maquinaria pelo trabalhador,

mostrando que no mesmo momento em que ela agiliza a produção, substitui o trabalho braçal e moderniza as operações realizadas pelo operário, tornando eficaz sua atividade, ela altera as relações de trabalho, o que será visto, para alguns como algo positivo. A maquinaria também fornece mais trabalho, criando uma demanda de trabalhadores excedentes e mecanizando suas atitudes.

Lobato também delinea o seu discurso na noção do acentuamento da produção com vistas a produção de riqueza e desenvolvimento econômico individual. Ressalta, também, a premissa de que o progresso é fruto da maquinaria, que aumentando a produtividade geraria lucros, que por sua vez, possibilitariam um bem-estar social para o sujeito.

Ou seja, nesses capítulos há a apresentação dos antagonismos sobre a utilização da maquinaria no processo de trabalho, havendo, em alguns momentos, uma aproximação entre as ideias de Monteiro Lobato e Henry Ford.

Lobato fora um grande admirador de Henry Ford, tanto que em 1924 traduziu e editou dois livros do industrial: “Minha vida e minha obra” e “Hoje e amanhã”. E em 1926 publicou um conjunto de artigos sobre o industrial intitulado *How Henry Ford is regarded in Brazil*, o qual foi divulgado em *O Jornal*.

O escritor brasileiro, entusiasta de Ford, extravasa toda sua paixão ao prefaciar as obras do empresário ao dizer:

Quando no futuro um outro Carlyle reescrever *O herói*, ao lado de Moisés, de Cromwell, de Odin, figurará Henry Ford – o herói do trabalho. Porque se há no mundo um herói do trabalho, um revelador de possibilidades do trabalho como remédio de todos os males que o não trabalho, que o mau trabalho, que a iníqua organização do trabalho criou, é Henry Ford. (LOBATO, 2010, p. 58).

Lobato vê no industrial um divulgador do progresso humano. Para o escritor brasileiro o empresário mostrava soluções práticas para aperfeiçoar o processo de trabalho,

Até aqui os solutores dos problemas sociais não passaram de idealistas utópicos, ao molde de Rousseau e Marx, dos que imaginam soluções teóricas, belas demais para serem exequíveis. Ford não imagina soluções. Dedu-las. Admite o homem como é, aceita o mundo como está, experimenta e deixa que os fatos tragam a solução rigorosamente lógica, natural e humana. É o idealista orgânico. Suas ideias não vêm *a priori*, filhas da exaltação mental ou sentimental. (LOBATO, 2010, p. 58-59).

Frente a essa afirmação, pode-se perceber a adesão de Lobato a corrente fordista, e a sua perspectiva do trabalho, trabalhador, tecnologia e maquinaria, que estariam intimamente ligadas ao progresso e a eficiência humana. Lobato continua seus elogios a Ford esposando que:

Muita honra faria a Henry Ford o simples fato de haver criado um negócio de monstruosas proporções, mas seu valor restringir-se-ia ao de um Cresco moderno se ficasse nisso. Ford vai muito além. Traça riscos de uma futura ordem de coisas mais eficiente e justa que a atual. Fazendo donativos? Criando escolas, bibliotecas, hospitais? Não. Ensinando a trabalhar, provando que o trabalho é o supremo bem e demonstrando a altíssima significação da palavra indústria (LOBATO, 2010, p. 60).

Porém, Lobato observa que é possível que a “questão social” não se solucione já com as ideias de Henry Ford, pois o homem é estúpido e cego, “É possível que o comunismo, solução teórica, faça no mundo inteiro a experiência que iniciou na Rússia. Isto apenas retardará a única solução certa, visto como a única baseada nas realidades inexpugnáveis – a de Henry Ford” (LOBATO, 2010, p. 61).

Ford, em sua obra “Os Princípios da Prosperidade”, afirmará que não há razão alguma para que um homem disposto a trabalhar não possua meios de fazê-lo e de receber o valor integral do seu trabalho. Como não há razão nenhuma para que um homem que pode, mas não quer trabalhar, receba o valor inteiro dos serviços que presta à coletividade. “Deve ser-lhe permitido receber o equivalente exato do que deu. Se nada deu, nada tem de receber. Fica-lhe o direito e a liberdade de morrer de fome”. (FORD, 1964, p. 317).

No modelo de produção fordista o trabalho só é eficiente quando associado à máquina, pois esta agiliza o processo produtivo. Para Ford, além da “máquina ser o símbolo da dominação do homem sobre a natureza, a escravidão reina onde ela ainda não penetrou” (FORD, 1964, p. 305).

Essa fala de Ford ecoa numa das falas de D. Benta, em *História das Invenções* quando diz que:

No dia em que tivermos máquinas para tudo, e em tremendas proporções, nesse dia a humanidade inteira estará redimida do trabalho. Em vez de estafar-se no doloroso esforço muscular, o homem passará a dirigir as máquinas, como antigamente os feitores dirigiam os escravos. E teremos então o 13 de Maio da humanidade. (LOBATO, 1957, p. 73).

Ou seja, a máquina é vista como instrumento de libertação do homem do trabalho penoso, exaustivo, sendo que através dela o homem pode dominar a natureza, gerando riquezas. Como também é tida como extensão do homem, a qual é utilizada para diminuir seu esforço físico.

Sob essa perspectiva, da máquina ser um instrumento de libertação, Marx (1996) relatará que, mesmo a maquinaria tendo facilitado o trabalho do operário, esta torna-se um meio de tortura “já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo” (MARX, 1996, p. 55). O autor ainda acrescenta que toda produção capitalista, à

medida que não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador, sendo, porém, com a maquinaria que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável.

O trabalhador passa a condição de simples operador de máquina, para isso, ele não precisa de muito saber, apenas manuseá-la, a qual passa a ser seu instrumento de trabalho.

Além disso, há um aprimoramento do produto a ponto de todo o material fabricado ser igual e perfeito, algo que o trabalho manual não garantiria, por não permitir a produção em grande escala.

Porém, para Ford, a indústria aumentou a qualidade no trabalho do homem, aumentando a qualidade na sua concepção, direção, no aparelhamento, sendo que seu fruto é colhido pelo operário não especialista, pois, para controlar uma máquina não se faz necessária a especialização. Além disso, o industrial profere:

Ouçó proclamar, e creia ser ideia corrente, que a indústria destruiu a qualidade no trabalho do homem. É um erro. Ela aumentou a qualidade. Aumentou a qualidade na concepção, na direção, no aparelhamento, e os frutos desta qualidade são colhidos pelo operário não-especialista (FORD, 1964, p. 63).

Ou seja, a racionalização do trabalho e a fragmentação do trabalho operário são tidos como positivos, haja vista que nesse modelo se aumenta a produtividade. Essa visão pode ser constatada na narrativa lobatiana, quando D. Benta afirma que:

O serviço mais penoso que há é o de cavar a terra. Aqui no sítio tenho uma turma de cinco homens que não fazem outra coisa; passam a vida a abrir valos, consertar caminhos, fazer buracos para moirões de cerca, etc. Trabalho duro, estúpido, que os deixa no fim dos dias exaustos e com dor de costas. Quando aparecer a máquina que faça todos esses serviços, eu deixo um deles dirigindo a máquina e dispensei os outros. (LOBATO, 1957, p. 73).

Fica evidenciada na fala de D. Benta qual é o tipo de trabalho que o trabalhador precisa ser liberto, aquele que exaure suas forças e que é visto como penalidade. Por outro lado, a personagem afirma que aparecendo máquinas que façam o trabalho exaustivo do operário, o número de trabalhadores diminuirá, ficando apenas um para dirigir a máquina. O processo de desqualificação do trabalho e trabalhador, que é criada com a mecanização, é representado pela restrição do conhecimento técnico, ao necessário para operar uma máquina. Sendo assim, ao simplesmente servir como operador de máquina, não se necessita de conhecimento agregado para esse operário, ou seja, retira-se de seu trabalho todo conteúdo que na atividade artesanal ele tinha.

Ainda assim, enquanto se tem um operariado excedente, aquele que mantém sua função trabalha mais. A maquinaria não diminuiu o trabalho do operário, ao contrário, forneceu-lhe mais trabalho. Segundo Marx, “a máquina, na mão do capitalista, transforma-se no meio objetivo e sistematicamente aplicado de espremer mais trabalho no mesmo espaço de tempo” (MARX, 1986, p. 44). Desta forma, ele argumenta, a máquina não liberta o trabalhador⁴.

Segundo Gorz (1982) “a divisão parcelar do trabalho, depois do taylorismo, a organização científica do trabalho e, finalmente a automatização aboliram juntamente com os ofícios, aqueles operários dotados de um ofício que tinham a consciência de sua soberania prática” (GORZ, 1982, p. 58). Ou seja, o trabalhador vem perdendo ao longo do tempo o seu saber, sua autonomia, seu poder decisório frente ao processo de trabalho.⁵

A maquinaria aumenta a produtividade do trabalhador ao mesmo tempo que abrevia o tempo necessário para a produção de um artefato. Essa diminuição do tempo poderia melhorar a vida do operário trazendo-lhe bem-estar, dando-lhe a oportunidade de se dedicar a atividades que lhe trouxesse prazer. Porém, não é isso que acontece, ao trabalhador é dado uma jornada maior de trabalho, exigindo-se dele um aumento na produtividade, o que será transformado em lucro para o empresário capitalista.

O problema não é a utilização da maquinaria em si, mas as condições de uso aplicadas no modelo de produção capitalista, que faz com que ela se transforme em instrumento de exploração.

D. Benta tem noção das consequências negativas, que a introdução da maquinaria produz no universo do trabalho, porém, para ela se faz necessário essa desestabilização na vida do trabalhador para que haja o progresso, tanto que profere:

Os inimigos da máquina não percebem que a minha máquina veio libertar os meus atuais cinco escravos, cavadores de terra. Um deles passou de escravo a feitor, ficando a dirigir, sem nenhum esforço, a máquina. Os outros foram despedidos. O inimigo da máquina só olha para a situação de momentâneo desarranjo de vida dos quatro despedidos. Não olha para a humanidade. Não percebe que a humanidade ficou beneficiada com a redenção de mais quatro escravos cavadores e com a supressão de mais quatro cansaços diários e de quatro dores de costas vitalícias. Não vê nada disso. Só enxerga o momentâneo desarranjo daquelas quatro vidas. (LOBATO, 1957, p. 73).

⁴ Em fins do século XIX, Marx (1986) indicou que com o aprimoramento da maquinaria automatizada, os operários passariam a simples “auxiliares das máquinas” e que o conhecimento desenvolvido pelo trabalhador no manuseio de suas ferramentas seria transferido para as máquinas, restando aos operários a função de vigiar a ação transmitida pela máquina à matéria prima e a função de protegê-las dos danos a que estão sujeitas.

⁵ Segundo Marx, na manufatura, os trabalhadores precisam, individualmente ou em grupos, executar cada processo parcial específico com sua ferramenta manual. Embora o trabalhador seja adequado ao processo, também o processo é adaptado antes ao trabalhador. Esse princípio subjetivo da divisão é suprimido na produção mecanizada. (MARX, 1986, p. 14).

Ou seja, os opositores ao processo da mecanização do trabalho são vistos como inimigos da modernização, haja vista, que a máquina, importante no processo de industrialização, é vista, na visão fordista, como sinônimo da redenção humana.

D. Benta insiste no discurso de que apesar de a máquina trazer o desemprego, ou como ela coloca trazer “desarranjo” na vida do operário, tudo é válido se houver avanço o que ocasionaria melhorias. Ela afirma que:

Quando estavam construindo a primeira linha de tubos para a condução do petróleo, os inimigos da máquina enfureceram-se, destruíram a obra, alegando que aquilo vinha deixar sem emprego milhares de carregadores de petróleo. Não percebiam que aquilo vinha apenas libertar milhares de criaturas do trabalho penoso de carregar o petróleo com a força dos músculos. O fato de momentaneamente serem dispensados do serviço centenas de carregadores não tem a mínima importância para a humanidade; tem importância unicamente para os carregadores e só no momento, porque logo se arrumam em outros serviços (LOBATO, 1957, p. 74).

D. Benta faz uma crítica aqueles que se posicionam contra a máquina, dizendo que “os primeiros a se beneficiarem da máquina são justamente os que mais as condenam.” (LOBATO, 1957, p. 74). Além disso, D. Benta expõe o que acontecerá com o trabalhador “não tem importância para a humanidade”. Na forma de produção capitalista, percebe-se que o trabalho e o trabalhador são tidos como mercadoria. Desta forma, o trabalhador, força propulsora da produção de riqueza, não adentra no mundo capitalista como um produtor dotado de capacidade criativa, como um sujeito que tem suas necessidades etc., mas sim como um mero instrumento de produção, deixado à revelia quando for conveniente para o capitalista. D. Benta afirma que:

Todos os artigos e livros contra a máquina são escritos em máquinas de escrever; compostos em linotipos, ou máquinas de compor; impressos em prelos, ou máquinas de imprimir; distribuídos por automóveis, ou máquinas de andar. O inimigo da máquina esquece que se ele tem o lazer necessário para escrever contra a máquina é unicamente porque já existem milhares de máquinas a serviço do homem — cada uma das quais foi a libertadora dum grande número de inimigos da máquina (LOBATO, 1957, p. 74).

Destacamos que a utilização da máquina, segundo a perspectiva lobatiana, é antagonica, ao mesmo tempo que, acelera o processo produtivo, ou acelera o trabalho do operário, trazendo eficiência, precisão, agilidade, o que geraria o progresso, produz um excedente de trabalhadores. Dessa forma, segundo Vieira Pinto (2005) se instala assim uma inegável forma de alienação, que será a origem do antagonismo entre a máquina e o homem, uma vez que, nas instalações industriais, o homem, entendido como operário concreto, individual, encontra a máquina feita, tende de se adaptar a ela:

Realiza-se, então, uma inversão mortal do projeto existencial do trabalhador, em consequência da qual não lhe é mais lícito ditar as finalidades do seu trabalho, pois já as encontra estabelecidas por outrem por alguém que não participa dos mesmos interesses (VIEIRA PINTO, 2005, p. 129).

Ou seja, a máquina será vista como substituta da força de trabalho humano, pois com ela haveria um aumento na produtividade e conseqüentemente um aumento nos lucros do empresário.

No capítulo “A mão”, D. Benta contempla algumas invenções, extensões da mão, como a invenção do arco, da lança, da picareta, da enxada, do martelo e reafirma sua visão sobre a máquina ao afirmar: “Inumeráveis máquinas que aumentam prodigiosamente a eficiência do homem moderno procedem desse martelo, são filhas dele” (LOBATO, 1957, p. 47). Argumenta, portanto, que a máquina potencializa a eficiência do homem e que com esta extensão, o homem adquire eficiência que só poderia se concretizar com a mecanização do trabalho.

Segundo Gorz (1982, p. 25), nesse processo de mecanização das relações de trabalho não é mais o operário que trabalha a matéria e ajusta seus esforços é a matéria que trabalha o operário. Com a maquinaria é o sistema mecânico que trabalha, o operário apenas empresta seu corpo, seu cérebro e seu tempo para que o trabalho se faça.

Esses preceitos serão reafirmados no capítulo “Últimas mãozadas” em que se discorrerá sobre a invenção da máquina a vapor, para isso é praticamente feito um tratado destacando a função da máquina. Num primeiro momento D. Benta afirma que:

Nos jornais aparecem artigos de pessoas que se julgam inteligentes pelo fato de serem bem-falantes e bem-escreventes, as quais culpam as máquinas de todos os males dos tempos modernos. Como cada máquina nova vem diminuindo o número dos operários comuns, essas pessoas querem acabar com a máquina. Esquecem-se que se a máquina nova diminuiu um certo número de operários comuns, isso apenas significa que libertou um certo número de homens do trabalho que até então faziam e que de agora em diante passa a ser feito pela máquina. Cada máquina que aparece liberta do trabalho penoso um punhado de escravos (LOBATO, 1957, p. 73).

Percebemos no discurso de D. Benta a constatação da diminuição de trabalhadores com a utilização da maquinaria. Essa diminuição resulta na criação de uma demanda de excedente de trabalhadores, que são excluídos do processo de produção e seus postos de trabalho, como consequência, extintos. O resultado disso pode ser uma nova demanda de trabalhadores especializados ou desempregados. A máquina era tida como instrumento de uma suposta libertação do sofrimento do trabalhador, e pela utilização dela poder-se-ia aumentar a eficiência no processo de trabalho. Ou seja, a máquina além de exigir menos da força física do operário – o que é um real benefício para ele – aumenta sua produtividade, o que beneficiará a

classe empresarial, sendo revertida em lucro. Esta visão da utilização da maquinaria como instrumento de bem estar social, pois diminui as tensões, desgastes físicos do trabalhador e que impactará positivamente em seu desempenho laborativo, é uma das premissas da ideia fordista.

Percebemos que tanto o taylorismo quanto o fordismo buscavam racionalizar ao máximo as atividades realizadas pelos trabalhadores, evitando o desperdício na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho. Desta forma, havia uma intensificação da exploração dos trabalhadores, que não tinha nem tempo para pensar. Ainda podemos inferir que o fordismo, de certa forma, consolidou o modo de produção capitalista, criando um novo perfil de trabalhador.

Identificamos que a visão apresentada na narrativa lobatiana mostra o melhoramento do processo de produção com a adesão à maquinaria, bem como um aperfeiçoamento das relações de trabalho. Sendo que o aumento da eficiência e progresso de uma nação estaria dentro de uma trajetória capitalista de mundo baseada na perspectiva fordista.

Dentro do que até agora foi apresentado um dos atributos de prosperidade de uma nação, segundo a visão fordista, está nas mãos da indústria, a qual deve visar à produção. Ou seja, um país rico é aquele que produz por intermédio dos industriais.

De acordo com essa premissa é necessário que a indústria tenha operários capacitados que dominem o manejo da máquina, pois sem isso não há produção eficaz. Sendo assim, a máquina é vista como instrumento do progresso e sem ela o operário é incompleto.

A questão do trabalho para Lobato é fortemente marcada pela perspectiva do atraso e progresso. Ou seja, o país precisa se modernizar para deixar de ser “atrasado” economicamente, culturalmente e socialmente. Porém, essa modernização somente chegaria com a industrialização e como decorrência disso com a utilização de aparatos tecnológicos, que acelerariam a produção. Sendo assim, um país que produz bastante torna-se rico.

Por esse viés, a ideia de progresso, para Lobato, está pautada na maquinaria, sendo a invenção mais eficiente. Essa visão de eficiência está fortemente atrelada a perspectiva fordista, que via no processo de mecanização um instrumento de aperfeiçoamento do processo de trabalho. Nisso, o trabalho não depende exclusivamente do trabalhador. O fordismo buscou dismantlar o subjetivismo do trabalhador, para transformá-lo mais docilmente em máquina. Antônio Gramsci (2007) afirma que na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo e que se devem estudar as iniciativas “puritanas” dos industriais americanos do tipo Ford. Ele continua a esposar que:

É certo que os industriais americanos do tipo Ford não se preocupam com a “humanidade”, com a “espiritualidade” do trabalhador, que, no nível imediato, são esmagadas. Esta “humanidade” e “espiritualidade só pode se realizar no mundo da produção do trabalho, na “criação” produtiva; ela era a máxima no artesanato, quando a personalidade do trabalhador se refletia inteiramente no objeto criado, quando era ainda muito forte a ligação entre arte e trabalho. Mas é precisamente contra este “humanismo” que luta o novo industrialismo. As iniciativas “puritanas” têm apenas o objetivo de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psicofísico, capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador, coagido pelo novo método de produção (GRAMSCI, 2007, p. 267).

Segundo Lamarão, (2002 *apud* CAMPOS, 1986, p. 50) no início da segunda metade da década, Lobato já está eivado de americanismo. Vendo no trabalho eficiente a solução dos males do Brasil, identifica na industrialização a alternativa à pobreza material e à baixa produtividade, mas não a indústria artificial, amparada em benesses protecionistas concedidas pelo Estado. Ao protecionismo estatal contrapõe o modelo americano de desenvolvimento. Para ele, as verdadeiras indústrias eram aquelas que se desenvolvem sozinhas, desde que tenham condições para isso (capitais, mão-de-obra e transporte), prescindindo de qualquer ajuda do Estado.

Além disso, como já mencionado, a indústria deveria ser utilizada para promover o bem estar social da população, essa seria sua função social. Diz Lobato no prefácio da obra de Ford:

Indústria, não é, como se pensava, um meio empírico de ganhar dinheiro; é o meio científico de transportar os bens naturais da terra em utilidades de proveito geral, com proveito geral. O fim não é o dinheiro, é o bem comum, e o meio prático de o conseguir reside no aperfeiçoamento constante dos processos de trabalho conduzido de par com uma rigorosa distribuição de lucros a todos os sócios de cada empresa. São três os sócios: o consumidor; e receberá ele sua quota de lucros sob a forma de produtos cada vez melhores e cada vez mais baratos; o operário, e receberá ele a sua parte sob a forma de salários cada vez mais altos; o dono, e receberá ele um equitativo dividendo⁶ (LOBATO *in* FORD, 1964, p. 8).

Nessa mesma obra prefaciada por Lobato, Ford vai mostrar sua visão sobre a produção e sua relação com os lucros obtidos pelos empresários ao afirmar que:

Sobrepor o interesse da produção ao interesse do produtor. Sem lucros, está claro, não se desenvolve uma empresa; nada há mau no fato de ganhar dinheiro e uma empresa bem conduzida não pode deixar de dar lucros; mas os lucros só devem vir, e vem necessariamente, como recompensa de uma boa produção. O lucro não pode ser o ponto de partida, mas deve ser os resultados dos serviços prestados. (FORD, 1964, p. 24).

Essa ideia de modernização a partir da utilização do maquinário está enraizada no modelo de produção taylorista-fordista, a máquina é tida como extensão do homem, a qual é

⁶ LOBATO, Monteiro. Prefácio: *A minha vida e minha obra*. In: FORD, Henry. **Os Princípios da Prosperidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1964.

utilizada para diminuir seu esforço físico. Percebemos que a diminuição do esforço físico é o que menos importa, uma vez que, a acentuada aceleração na produção que geraria uma maior rentabilidade para o empresário, é o mais importante para essa nova forma de se reestruturar a sociedade, pela produção e consumo em massa.

A narrativa lobatiana constantemente busca recuperar o lado positivo da mecanização do trabalho, apesar de demonstrar que há um aspecto negativo, como os desarranjos causados na vida do trabalhador, porém, é mostrado que não se tem como escapar disso, uma vez que tanto a industrialização quanto a modernização se fazem necessárias e são fundamentais para a economia, no caso a brasileira. Por esses vieses, identificamos que a representação feita do trabalho, tecnologia e máquina visam a instauração do progresso nacional, com vistas a manutenção do bem estar social da população.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, André Vieira Campo. **Terra, Trabalho e Progresso na obra de Monteiro Lobato**. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~nusc/jeca.pdf>. p. 65-72.

DECCA, Edgar Salvadori de. **O nascimento das fábricas**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FORD, Henry. **Os Princípios da Prosperidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1964.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

LAJOLO, Marisa. **Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida**. 2. ed. São Paulo: Salamandra, 2006.

LAMARÃO, Sergio **Os Estados Unidos de Monteiro Lobato e as respostas ao “atraso” brasileiro**. 2002/1: 51-68.

LOBATO, Monteiro. Prefácio: A minha vida e minha obra. *In*: FORD, Henry. **Os Princípios da Prosperidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1964.

LOBATO, Monteiro. **América**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1951.

LOBATO, Monteiro. **História das Invenções**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

LOBATO, Monteiro. **Mr. Slang e o Brasil e problema vital**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

LOBATO, Monteiro. **O Poço do Visconde**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LOBATO, Monteiro. **O Presidente Negro**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009.

RAGO, Margareth; MOREIRA, Eduardo F. P. **O que é taylorismo**. 4. ed. Brasiliense, 1987.

SEVCENKO, Nicola. **A corrida para o século XXI**: no loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.